

Advogado de Temer diz que vazamento de delação é “criminoso”

A defesa do presidente da República, Michel Temer, classificou como “criminoso” o vazamento da delação premiada do doleiro Lúcio Funaro à Procuradoria-Geral da República. Em nota divulgada neste sábado (14/10), o advogado do chefe do Executivo, Eduardo Canelós, afirmou que as acusações são “vazias e sem fundamento” — neste domingo, entretanto, ele [recuou](#) e afirmou que não sabia que o conteúdo havia sido divulgado no site da Câmara dos Deputados.

Para ele, a divulgação dos vídeos com os depoimentos do doleiro tem o objetivo de constranger parlamentares na votação do recebimento da [segunda denúncia apresentada pela PGR contra Temer, ainda não gestão de Rodrigo Janot](#).

“É evidente que o criminoso vazamento foi produzido por quem pretende insistir na criação de grave crise política no país, por meio da instauração de ação penal para a qual não há justa causa”, diz a nota.

Temer critica o fato de autoridades que têm o dever de respeitar o ordenamento jurídico permitirem o vazamento de material protegido por sigilo. “É igualmente inaceitável que a imprensa dê publicidade espetaculosa à palavra de notório criminoso, que venceu a indecente licitação realizada pelo ex-PGR para ser delator, apenas pela manifesta disposição de atacar o Presidente da República”, afirma.

Delação e denúncia

Na delação, Funaro, que é acusado de ser um dos operadores do esquema do PMDB nos crimes investigados pela “lava jato”, diz ter “certeza” de que parte da propina dada ao ex-deputado Eduardo Cunha era repassada para Temer. Ele afirmou, porém, que nunca entregou qualquer valor diretamente ao chefe do Executivo, pois o chefe do Executivo não recebia propina pessoalmente “para não se expor”.

As informações foram divulgadas pela Folha de S.Paulo, que afirma ter obtido acesso aos depoimentos por meios oficiais. Em depoimento, Funaro detalhou a atuação de alas do PMDB na Caixa Econômica Federal. O esquema é investigado em ações penais que tramitam na Justiça Federal em Brasília e envolve, também, o ex-ministro Geddel Vieira Lima.

Ele também contou à PGR que foi acionado por Cunha para disponibilizar R\$ 1 milhão para a “compra de votos” a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), que resultou na ascensão de Temer à presidência. Cunha afirma que Funaro não tem prova do que diz e que as afirmações do delator são mentirosas.

Outro citado é o ex-assessor especial da presidência da República José Yunes. Por meio de nota, seu advogado, José Luis Oliveira Lima, afirmou que a defesa irá processar Funaro por denúncia caluniosa. Ele também refutou as acusações e afirmou que o doleiro já faltou com a verdade inúmeras vezes e não tem credibilidade, diferentemente de Yunes, “que goza de credibilidade”.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados se reúne a partir da próxima terça-feira (17/10) para discutir a segunda denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República contra Michel Temer. Na primeira ocasião, Temer foi denunciado por corrupção passiva. A denúncia foi

recusada pelo plenário da Câmara, quando 263 deputados votaram favoravelmente ao parecer do deputado Paulo Abi Ackel (PSDB-MG), que pedia a rejeição da peça.

Dessa vez, O ex-PGR Rodrigo Janot denunciou Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral) pelo crime de organização criminosa. Michel Temer também foi denunciado por obstrução de Justiça.

Relator da denúncia na CCJ, o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) recomendou a rejeição do prosseguimento da denúncia. Para ele, as acusações baseiam-se em “delações espúrias, sem credibilidade não havendo justa causa para o prosseguimento da ação penal”. O relatório ainda precisa ser aprovado pela CCJ. *Com informações da Agência Brasil.*

**Texto atualizado às 19h13 do dia 15/10 para acréscimo de informações.*

Date Created

15/10/2017